

O noticiário sobre o aumento das tarifas de preços públicos administrados diretamente pelo governo federal (combustíveis, telecomunicações e energia elétrica) — por enquanto em grau de estudo — é pródigo em exemplos de como a cultura inflacionária brasileira, alimentada por 30 anos de indexação, continua resistente.

A correção das tarifas públicas servirá de teste para a capacidade do governo que se defronta com a cultura da indexação dentro do Estado e terá de vencê-la. Foram desastrosos os primeiros reajustes de tarifas públicas pós-real (passagens de ônibus e água) que dependiam de governos estaduais e prefeituras.

Não houve análise das planilhas de custo para fixar valores. Aplicou-se integralmente a inflação acumulada, com forte peso dos alugueis e mensalidades escolares, itens que incorporam meses de inflação, mas não têm influência no custo da água ou dos ônibus. Reajustes de 10% a 15% já serão ótimos, considerando a economia de escala gerada pela estabilização, mas o corporativismo e economistas de atuação na área financeira falam irrealisticamente em 30%.

Para derrubar a inflação é preciso extinguir a lógica perversa da indexação. A lógica a que se apegam as empresas estatais, por pressão do corporativismo intrínseco, é de adotar como padrão para os reajustes o índice de inflação acumulado. Sendo o índice de inflação mais próximo do padrão das despesas dos seus empregados, quanto maior a correção das tarifas, mais fácil será conseguir o reajuste salarial.

Esse esquema comprova que as estatais há muito deixaram de cumprir as finalidades descritas nas exposições de motivo da sua criação, com recursos da União: oferecer insumos ou infra-estrutura no país a preços acessíveis, de modo a viabilizar a criação de amplo e competitivo parque econômico. O que conta com prioridade são os salários dos seus empregados.

A ação do corporativismo tomou carona no

processo de indexação e deixou em segundo plano a indispensável análise comparativa dos custos de produção, para manter as empresas em permanente competitividade. No Brasil, graças à indexação e ao fechamento comercial, a economia estruturou-se em bases cartelizadas, com o Estado dando o mau exemplo dos monopólios isentos de competição e de concorrência.

O resultado de tantos anos dessa prática não foi somente a fragilidade de diversos segmentos da economia brasileira, que não se modernizaram tecnologicamente para enfrentar a concorrência e invocam a volta do protecionismo estatal contra o produto estrangeiro, melhor e mais barato. Diariamente, a seção Preços Malucos do **JORNAL DO BRASIL**, que compara quanto o consumidor paga pelo mesmo produto no Brasil e nos Estados Unidos, acentua disparidades absurdas.

Uma caça jeans ou um prosaico rolo de papel higiênico não pode custar o dobro no Brasil, apenas por efeito de suposta defasagem cambial. A questão está diretamente ligada a anos de reajustes pelo índice de inflação, sem respeitar a análise da planilha de custos. Não se trata de desprezar os impactos da carga fiscal, dos encargos sociais, da ineficiência da infra-estrutura de transportes e dos portos.

Fundamentalmente, o que levou os preços do Brasil à estratosfera e deixou a indústria vulnerável à abertura comercial que resgata a posição do consumidor como agente mais importante da economia de mercado foi esse processo autofágico da indexação, que aprisionou o país à hiperinflação e à desestruturação moral da sociedade.

Exemplo dos males que a indexação causou é o comportamento condicionado dos economistas e profissionais do mercado financeiro. Viciados em comparar índices, o que permite arbitragens de juros altamente lucrativas, várias gerações de economistas estão despreparadas para auxiliar as empresas na fase da reengenharia de custos. Ou o Brasil desindexa definitivamente ou não irá a lugar algum.